

Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt

Patrono da Cadeira 91

Carlos Patrício Freitas Pereira*

Resumo: Síntese biográfica do Professor Pedro Calmon. Comentários sobre parte de sua obra literária e as diversas facetas da sua personalidade, do historiador ao orador, acadêmico e jurista, passando pelo parlamentar e administrador.¹

Palavras-chave: Historiador, professor, parlamentar, jurista.

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu em 1902, na cidade baiana de Amargosa, que costumava nominar como “minha doce Amargosa”.

Descendente da velha aristocracia do Recôncavo, orgulhava-se também do seu ramo mineiro pela ascendência materna, eis que sua mãe, D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt foi criada pelo avô, o Visconde de Nogueira da Gama (1807-1897), natural de Matias Barbosa, no Caminho Novo das Minas Gerais. Fora nomeado mordomo da Casa Imperial em 1868, o mais alto cargo na hierarquia do Paço. Em julho de 1872, ganhara o título de barão.

* General-de-Divisão. Sócio titular do IGHMB.

1 Matéria extraída do discurso de posse do autor como sócio titular na cadeira nº 91, em 10 de abril de 2001, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro.

Jaz na capela-mor da matriz, sob a lousa oitavada, em que se lêem as iniciais do vasto nome, NANV da G; com direito ao necrológio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recitado na sessão de 17 de dezembro de 1897 por Alfredo do Nascimento Silva para cansados sobreviventes da sua geração e do seu tempo.²

Como bisneto, já nos últimos anos, no epílogo de sua grande vida, Calmon se debruçou sobre um velho volume das *Memórias de Nogueira da Gama* e escreveu *História de Minas e Memórias de Nogueira da Gama*. No dizer de Josué Montello: “Ele, que fora o historiador de vidas alheias, seria o historiador de si mesmo.”

Suas obras reverenciavam frequentemente Minas Gerais. Em *Minas de Ouro*,

2 *Revista do IHGB*, v. 80, 2. parte, p. 455-486.

registrou os eventos militares da expedição de 1711, quando o Capitão General Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho marchou desde Vila Rica, com seis mil homens, para expulsar os franceses de Duguay-Trouin que haviam tomado o nosso Rio de Janeiro.

A Revolta de 1720, também em Vila Rica, a Revolta Liberal de 1842, sob a liderança de Teófilo Ottoni, com a ação pacificadora de Caxias após a batalha de Santa Luzia, o desempenho da tropa mineira na coluna que acometeu Laguna, em 1867, culminando com a epopéia da Retirada, magistralmente descrita pelo Visconde de Taunay, foram alguns eventos considerados por Calmon para atestar a significativa participação militar dos mineiros, confirmada na Segunda Guerra Mundial e, acrescentamos, na Revolução de 1964.

De 1914 a 1919, Calmon estudou no ginásio em Salvador, tendo ingressado na Faculdade de Direito da Bahia. Concluiu os seus estudos universitários em 1924, na Universidade do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, foi nomeado Conservador do Museu Histórico e professor de História da Civilização Brasileira do curso de Museologia, tendo publicado livro pioneiro com esse título.

Dentre as suas primeiras obras encontram-se a novela *O Tesouro de Belckior*, prêmio da Academia Brasileira de Letras, e *Anchieta, o Santo do Brasil*, editado pela São Paulo Melhoramentos.

Calmon foi autor de grande produção literária. Começou pela ficção, mas logo preferiu os estudos jurídicos e, particularmente, os históricos.

CALMON, O HISTORIADOR E PROFESSOR

A historiografia calmoniana se constitui, em boa parte, de obras de síntese.

Em 1927, Capistrano de Abreu recebe Calmon com um elogio e uma advertência:

Moço... Não pense em escrever a História do Brasil. É impossível: História do Brasil só poderá escrever-se daqui a um século (...). Qualquer história do Brasil feita nesse momento será discursiva, será uma história retórica. A História do Brasil exige que lhe organizemos primeiro os materiais através de duas naturezas de trabalho, paciente e científico: a primeira, a reedição crítica dos livros fontes; (...) E a segunda natureza de trabalho indispensável: a rebusca de nossos arquivos, a maioria deles inéditos.

Contrariando, porém, o conselho do mestre, Calmon empenha-se a fundo na tarefa de produzir sínteses da História do Brasil. Sínteses documentadas com rigor, mas escritas de modo a fazer de sua leitura uma tarefa agradável, atraente.

A preocupação com a síntese não se dissocia, no seu entender, das próprias necessidades por ele sentidas no ensino da História do Brasil. Em Calmon, o historiador e o professor caminham sempre juntos.

Em 1933, publica biografias de significação histórica como *O Marquês de Abrantes e Gomes Carneiro*, *o General da República*.

Na biografia de Gomes Carneiro, ao comparar os sítios de Bagé e da Lapa, na Revolução Federalista (1893), executa esclarecida incursão na História Militar, ao considerar como erro de Gumercindo Sa-

raiva o assédio à cidade paranaense, quando São Paulo, objetivo realmente estratégico, se encontrava carente de uma defesa organizada pelos governistas.

Ainda na década de 1930, escreveu a trilogia sobre D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, em volumes publicados pela Editora Nacional, com os títulos: *O Rei do Brasil* (vida de D. João VI), *Rei Cavaleiro* (vida de D. Pedro I), e *O Rei Filósofo* (vida de D. Pedro II).

Escreveu também a biografia da Princesa Isabel (1941) e sobre Castro Alves, *Vida e Amores de Castro Alves* (1935). Pela Editora A Noite, deu a público *A História de Castro Alves* (1947); pela José Olympio, a *Vida de Castro Alves* (1956) e *Castro Alves, o Homem e a Obra* (1973).

Publicou, em 1961, o seu livro sobre Franklin Dória, o Barão de Loreto, de tanta significação para a nossa Biblioteca do Exército.

Neste caminhar pelo legado histórico-cultural do nosso homenageado e no afã de resgatar tantos e tamanhos serviços por ele prestados à historiografia brasileira, registramos como livros que fundamentalmente retratam a história social do Brasil: *História do Brasil na Poesia do Povo*; *História das Bandeiras Baianas*; *História da Independência do Brasil* (1929), da Coleção Brasiliana, traduzida para o espanhol por Júlio Peyró e para o italiano, em 1937 e *Pequena História da Civilização Brasileira*, editada pela Biblioteca Pedagógica Brasileira em 1933, com a sua versão para a escola primária em 1934.

Antes de prosseguir na citação das obras de Pedro Calmon, analisemos de

forma sintética a sua visão do processo histórico.

A visão calmoniana do Brasil tem por objeto a formação da civilização brasileira, englobando todas as regiões e raças que compõem o povo brasileiro. O Brasil para ele era plural.

Calmon apresenta a História não apenas como uma narrativa de fatos e datas, mas numa visão ao mesmo tempo concreta e nítida, hermenêutica, sociológica e jurídica, na qual a História é analisada em sua totalidade e em suas particularidades axiológicas, sociológicas e tomísticas.

O processo histórico para Calmon é composto de etapas dicotômicas, mas que se complementam em sua essência: a mítica, traduzida em arquétipos, apoiada em Heródoto, nas idéias filosóficas, históricas e intuitivas de Platão; e a concreta, realista, factual, de Tucídides, embasada no pensamento aristotélico, no racionalismo de Descartes e na dialética de Hegel.

Cartesiana, porque as fases culturais se aperfeiçoam e culminam com o Estado nacional; e hegeliana, porque mostram as particularidades culturais em comunhão na totalidade (no absoluto) da consciência histórica.

Na maturidade, os trabalhos de Pedro Calmon se concentram, cada vez mais, na História do Brasil. Prossigamos com a enumeração e alguns comentários sobre as suas principais obras:

- *História da Casa da Torre*, Editora José Olympio, 1940;

- *História Social do Brasil*, também em 1940, da Coleção Brasiliana, editada em três volumes:

– *Espírito da Sociedade Colonial* (Volume I) – Não se trata de uma posição sistemática, analítica, do espírito da sociedade colonial. Percebemos que o relato de Calmon nesse volume é uma obra aberta que possibilita interpretações diferenciadas, de acordo com as vivências e as estruturas, fundamentadas nas “impressões de uma viagem às regiões históricas das Minas Gerais, onde a paisagem colonial conserva as suas tintas seculares”.

Desfilam, então, diversos painéis: Vila Rica – “a paisagem emboaba”, o Aleijadinho e o barroco dos “santuários de escravo e senhor” e a presença da natureza – “o reino da flora”! Ao fim, se o leitor não tiver logrado perceber o “espírito da sociedade colonial”, esse espírito resulta, mas ao mesmo tempo constitui, a sociedade colonial.

– *Espírito da Sociedade Imperial* (Volume II) – Calmon tinha por hábito dirigir-se ao leitor através de uma “explicação”, ou de “palavras prévias”, ao início de cada volume. Assim, no caso do 2º tomo da *História Social do Brasil*, apressou-se ele em afirmar que o livro “não é uma história da civilização brasileira” mas “um novo ensaio destinado a tornar compreensível a sociologia da Pátria”.

– *Época Republicana* (Volume III) – Curiosamente, pois lógico seria o título *Espírito da Sociedade Republicana*.

• *História do Brasil*, em quatro volumes, editados de 1951 a 1956: *As Origens* (1500 a 1600); *A Formação* (1600 a 1700); *A Organização* (1700 a 1800) e *O Império* (1800 a 1889).

• *História do Brasil*, em sete tomos, publicação de 1959 a 1963.

Pedro Calmon não reconhece na aristocracia africana o elemento organizador de uma cultura popular baiana e brasileira. Inclina-se mais pelos mestiços, mulatos e mamelucos como elementos identificadores de um povo novo americano:

“O mestiço é vigoroso e hábil. A cruz não lhe sacrificou nem a energia física do servo nem a inteligência do senhor. Tanto o branco como o negro tinham de aclimar-se; porém, o mulato ou o mameluco eram a planta nativa. O crioulo, nos engenhos, valia mais que o africano; o cariboca, no sertão, resistia melhor que o português ou o tapuio.”¹

Da hibridação surgiram pois, para ele, tipos resistentes ao meio geográfico, que terminariam por imprimir a característica distintiva do povo brasileiro.

A inserção dos mestiços na estrutura social de um Brasil escravista, longe de ser amortecedora de conflitos, era mais tumultuária e violenta. Pedro Calmon carrega todas as suas tintas ao traçar o esboço da pressão dos mulatos pela ascensão social, ou seja, igualar-se ou suplantando os brancos, e ao mesmo tempo a extrema violência desse grupo em relação aos seus parentes negros, em grande parte escravos, comportamento aliás idêntico, segundo ele, ao dos descendentes mamelucos em relação aos seus parentes índios.

Busca na cultura popular alguns traços da competição entre mulatos e brancos:

“No folclore fluminense, ficou esta quadra:

1 CALMON, Pedro. *História do Brasil*, 1º Tomo, p. 162-163).

Se as brancas se vendessem
Ou por ouro ou por prata,
Compraria uma delas,
Para servir à mulata.

D. Josefa Bernardina do Nascimento, mulher do rico proprietário Joaquim Vicente dos Reis, respondera assim:

Como as brancas não se vendem
Nem por ouro nem por prata,
Hão de ser sempre senhoras
Das cachorras das mulatas.”

Calmon resiste à tentação de buscar uma correspondência racial para a identidade nacional, tão próprio ao racismo das décadas de 1930 e 1940. Nem tipo biológico dominante, nem tipo antropológico abrangente, apenas uma vaga definição cultural, de uma morenidade brasileira, muito mais para denominar o que não se é – negro, branco ou índio – do que para identificar realmente a cor e a cara do Brasil.

• *História Diplomática do Brasil*, Editora mineira Paulo Bruhm, 1940.

• *Brasil e América – História de uma Política*, Editora José Olympio, 1943.

Ao considerarmos os autores nacionais elencados por Calmon nos seus principais livros históricos, podemos destacar Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Caio Prado e Nelson Werneck Sodré, e os de sua própria época – Afonso d’Escragnoille Taunay, Alcântara Machado, Gustavo Barroso, Pandiá Calógeras, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães e João Ribeiro.

Para Calmon, a reconstituição histórica responderia a três objetivos: explicar o psicossocial, a contextura moral da sociedade; ensinar às novas gerações; e assegurar a sobrevivência cultural.

O nosso Patrono afirma, na sua retórica rebuscada:

“De um lado, a concepção entusiástica da humanidade que convive com o mito e o absurdo, no seu mundo ilógico; do outro lado, a restauração das idades extintas, pela honesta pesquisa de seus vestígios – cujos propósitos pedagógicos carregam a responsabilidade cívica da lição e da homenagem, da advertência e da justiça.”²

Essas idéias de Calmon indicam um substrato não só realista, aristotélico e hegeliano, mas também subjetivo e mítico ao considerar o inconsciente social, presente no abstrato, no encoberto, influenciado pelas idéias de Platão, Hegel e Freud.

Calmon estabelece, assim, duas etapas principais na análise do processo histórico. Na primeira, diz: “Florescem os mitos que podem ser considerados supletivos à História.” Caracteriza a segunda ao afirmar: “Começa a haver História quando se torna inteligível o processo de mudança no mundo sucessivo.”

O Professor Dr. Arno Wehling, membro do nosso Instituto, confirma que a definição do processo histórico feita por Calmon é claramente hegeliana, ao fundamentar-se na dialética, e renaniana, em clara alusão ao método cartesiano de René Descartes.

Para o ilustre amigo e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Pedro Calmon revela-se um seguidor da tradição hermenêutica da historiografia, cujas raízes mais fortes encontram-se no historicismo alemão do século XIX, particularmente na obra de Leopold von Ranke e no culturalismo de Vico e Herder”.³

² *A História do Brasil*.

³ WEHLING, Arno. *A Invenção da História*. Rio de Janeiro: UGF/UFF, 1994, p. 50.

É possível concluir que a ótica de Calmon ao estudar a História do Brasil referencia algumas peculiaridades: a noção de ocupar uma nova terra, de trocar um mundo antigo e ocupado por um novo, pleno de idéias de predestinação, messianismo e vida nova; a noção de construir uma nação, que se esboçaria nas manifestações nativistas do século XVII e se definiria plenamente com a independência; a noção de construir um Estado a partir da independência, condição indispensável para a afirmação nacional; e a valorização das ações militares – a guerra no período colonial, como decisiva para a manutenção da terra, e após a independência, como amálgama da unidade nacional, tendo como ator principal o Exército.

CALMON, O ORADOR

Aqueles que o conheceram como escritor e orador afirmam que lê-lo ou ouvi-lo traduzia o mesmo ensinamento de retórica, fluência e firmeza nos juízos emitidos, solidamente alicerçados nas pesquisas bibliográficas, documentais ou testemunhais.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1931, quando tinha apenas 29 anos, foi também por 29 anos o seu orador (1939 a 1968).

Considerado dentre os maiores do Instituto, representou um tipo de oratória muito característico à época no universo dos nossos parlamentares. Pedro Calmon foi Deputado Estadual na Bahia e Deputado Federal.

CALMON, O PARLAMENTAR

Ocupou cargos de relevância na área pública, vindo a ser Ministro da Educação e Saúde Pública, em 1950, no governo do General Dutra; voltou a ocupar, interinamente, esse posto nos governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek.

Ganhou notoriedade na atividade parlamentar, pelo senso de humor e pela oportunidade com que organizava e proferia frases de efeito. Era mestre em réplicas prontas, instantâneas, sem nada de premeditado.

Certa feita, em Portugal, na inauguração de uma pedra com frase relativa às festas cabralinas, o Ministro Franco Nogueira, ao ler a inscrição, apontou um trecho que não lhe parecia bem: “Acha que está certo, Dr. Calmon?” Calmon reconheceu o erro pequenino, e replicou: “Agora, ministro, o texto é lapidar.”

De outra feita, à porta do toalete, na Academia, um confrade lhe disse com ar apressado: “Eu cheguei primeiro.” E Calmon, afastando-se para lhe dar passagem: “Seu direito é líquido.”

Já no quarto da casa de saúde, ao dar a volta preventiva que afasta as embolias, emitiu uns sons confusos, que levaram o enfermeiro a lhe dizer: “Doutor, o médico proibiu o senhor de falar. Fique calado.” E Calmon, reunindo forças: “Não estou pedindo a palavra, estou pedindo água.”

CALMON, O ADMINISTRADOR

Como administrador, destacou-se na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, também, como Reitor da Univer-

sidade do Brasil durante muitos anos, a partir de 1948.

Inúmeros momentos confirmam a sua flexibilidade e bom humor na condução de conflitos estudantis ou trabalhistas. Certa feita, teria demovido um grupo que pretendia invadir a universidade, lembrando que para fazê-lo implicava em ser aprovado no vestibular.

CALMON, O ACADÊMICO

Pelo seu intenso labor literário, Pedro Calmon ocupou a cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Letras, na vaga de Félix Pacheco, tendo sido recebido por Gustavo Barroso, em 10 de outubro de 1936, quando contava apenas 34 anos. Tomou posse na Academia como o mais moço acadêmico até aquela altura, e não sei se a sua faixa etária já foi vencida até hoje. Mas, certamente, quando aconteceu a sua posse na cadeira, patrocinada por Gregório de Mattos, era o mais moço a atingir o pódio da Casa de Machado de Assis.

Cabe registrar que a sua amizade com Gustavo Barroso remontava ao período em que trabalharam no Museu Histórico Nacional, quando apresentavam a mesma ótica sobre o papel relevante do Exército para a sobrevivência da Nação.

Sócio de grande número de Institutos Históricos do país, inclusive do nosso Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicou mais de sessenta livros, deixando três obras para publicação póstuma, entre as quais figuram *História de Minas* e *Memórias de Nogueira da Gama*.

No IHGB, tido como tolerante com os equívocos, era, entretanto, categórico ao discordar de alguma opinião mal fundamentada.

CALMON, O JURISTA

Advogado de formação, Calmon destacou-se também como professor e jurista, tendo escrito um *Curso de Direito Constitucional Brasileiro* e outro de Direito Público.

Entre inúmeras honrarias e condecorações, foi agraciado com a Comenda da Legião de Honra e as Ordens do Mérito do Chile, Equador, República Dominicana e do Líbano. Recebeu também a Palma de Ouro, da Academia de Lisboa, após publicar *Por Brasil e Portugal*.

A interação do nosso Patrono com a intelectualidade portuguesa foi muito intensa, por ter sido Diretor do Instituto de Estudos Luso-Brasileiros Afrânio Peixoto, do Liceu Literário Português.

Pedro Calmon faleceu em 16 de junho de 1985, sendo enterrado no mausoléu da família Caillet e Calmon, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, cidade em que viveu 63 anos.

Na Academia Brasileira de Letras, onde foi velado, depois da missa de corpo presente rezada por Dom Marcos Barbosa, fez a despedida, em nome dos companheiros, o presidente Austregésilo de Athayde. No sepultamento, falou em nome do IHGB seu orador oficial, Professor Haroldo Valadão.

Casado com Dona Hermínia Caillet Calmon de Bittencourt, deixou dois filhos – Pedro e Maurício.

